

ADELINO HERMITÉRIO DA PALMA CARLOS

Legislaturas: VI, VII, VIII, IX, X.

Data de nascimento

- 1905-03-03.

Localidade

- Faro.

Data da morte

- 1992-10-26.



Habilitações literárias

- Licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa (1926);
- Doutoramento em Direito pela mesma universidade (1934).

Profissão

- Professor universitário;
- Advogado;
- Administrador de empresas.

Carreira profissional

- Professor da Escola Rodrigues Sampaio;
- 1927 – Inscreve-se como Advogado no Supremo Tribunal de Justiça;
- 1927 – Inscreve-se na Ordem dos Advogados (recém-criada);
- Defensor em tribunal dos implicados no golpe de 7 de Fevereiro de 1927, na sequência do que será compulsivamente afastado das funções de professor da Escola Rodrigues Sampaio;
- Conservador do Registo Civil de Óbidos, sucedendo a Marcello Caetano;
- 1928 – Iniciado na Maçonaria – Loja Montanha;
- 1930 – Assistente do Instituto de Criminologia de Lisboa;
- 1935 – Concorre a uma vaga para professor auxiliar da Faculdade de Direito, mas é excluído das provas por ter sido considerado incurso na lei de defesa do Estado (Decreto-Lei n.º 25 317), por Resolução do Conselho de Ministros de 30 de Julho; com os mesmos fundamentos, é demitido das funções do professor do Instituto de Criminologia;
- Dedicar-se então exclusivamente à advocacia, ganhando notoriedade por intervir em processos de grande relevo, destacando-se a defesa de muitos políticos desafectos ao Estado Novo;
- 1949 – Vice-presidente do Instituto da Conferência da Ordem dos Advogados;
- 1951-1956 – Bastonário da Ordem dos Advogados, em cuja qualidade integrou a Câmara Corporativa.
- 1951 – Convidado a reger as cadeiras de Direito Processual Civil e Prática Extrajudicial da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- 1960 – Eleito Administrador das Companhia Reunidas de Gás e Electricidade, de que se tornaria Presidente entre 1967 e 1974;
- 1965-1970 – Director da Faculdade de Direito;
- 1971 – Professor da Faculté International pour l'Enseignement du Droit Comparé (Estrasburgo);
- 1972 – Presidente de uma Comissão Revisora do Código de Processo Civil;
- 1975 – Jubilado do cargo de professor da Faculdade de Direito, por limite de idade;
- Foi o 1.º Reitor da Universidade Livre, de que seria mais tarde Reitor Honorário.
- No âmbito empresarial, desempenhou os cargos de Presidente das *Seleções do Reader's Digest* (Portugal) e Vice-presidente do Conselho de Administração da Eurafrep Portuguesa – Petróleos, SARL, sendo ainda Presidente da Assembleia Geral de inúmeras empresas.

Perfil político-ideológico

- 1923 – Funda a Liga da Mocidade Republicana;
- 1923 – Delegado da Faculdade à Federação Académica;
- 1949 – Mandatário de Norton de Matos como candidato à Presidência da República;
- 1975 – Funda o Partido Social-Democrata Português;
- 1979 – Mandatário da candidatura de Ramalho Eanes à Presidência da República;
- 1985 – Membro do Conselho Consultivo do Partido Renovador Democrático.

Carreira político-administrativa

- Procurador à Câmara Corporativa por inerência das funções de Bastonário da Ordem dos Advogados;
- 1974 – Primeiro-Ministro do 1.º Governo Provisório.

Carreira parlamentar

Legislaturas	Secções
VI	XII – Interesses de ordem administrativa (3.ª Subsecção – Justiça).
VII	XII – Interesses de ordem administrativa (3.ª Subsecção – Justiça).
VIII	XII – Interesses de ordem administrativa (3.ª Subsecção – Justiça).
IX	XII – Interesses de ordem administrativa (3.ª Subsecção – Justiça).
X	XII – Interesses de ordem administrativa (3.ª Subsecção – Justiça).

Pareceres subscritos/relatados [Total: 38]

VI Legislatura (1953-1957) [9]

- 8/VI – Responsabilidade pelos encargos em matéria de assistência hospitalar.
- 13/VI – Registo da propriedade automóvel (*Relator*).
- 16/VI – Jurisdição dos tribunais militares.
- 20/VI – Regime jurídico do solo e subsolo dos planaltos continentais.
- 33/VI – Convenção Universal sobre o Direito de Autor.
- 38/VI – Execução do princípio da obrigatoriedade do registo predial.
- 46/VI – Delitos contra a saúde pública e a economia nacional.
- 47/VI – Alterações a introduzir na Lei n.º 2030, de 22 de Junho de 1948.
- 49/VI – Regime jurídico das obras de fomento hidroagrícola.
- 51/VI – Reforma dos tribunais do trabalho.

VII Legislatura (1957-1961) [8]

- 6/VII – Da nacionalidade portuguesa.
- 9/VII – Alterações a alguns artigos do Código de Processo Penal (*Relator*).
- 26/VII – Expropriações por utilidade pública (*Relator*).
- 28/VII – Remunerações dos corpos gerentes de certas empresas.
- 32/VII – Emparcelamento da propriedade rústica.
- 38/VII – Arborização rodoviária.
- 41/VII – Arrendamento da propriedade rústica.
- 45/VII – Regime do contrato de trabalho.

VIII Legislatura (1961-1965) [6]

- 3/VIII – Organização judiciária.
- 4/VIII – Valorização do património imobiliário das Misericórdias.
- 8/VIII – Saúde mental.
- 11/VIII – Propriedade da farmácia.
- 14/VIII – Colheita de órgãos e tecidos nos cadáveres.
- 15/VIII – Alterações ao Decreto-Lei n.º 28 219 de 24 de Novembro de 1937 (Uso de acendedores e isqueiros).

IX Legislatura (1965-1969) [3]

- 12/IX - Alteração da base XXI da Lei n.º 2114, de 15 de Junho de 1962.
- 13/IX – Alteração do artigo 667.º do Código de Processo Penal (*Reformatio in pejus*).
- 32/IX – Regime de fiscalização das sociedades anónimas (*Relator*).

X Legislatura (1969-1973) [12]

- 5/X – Criação de tribunais de família.
- 6/X – Assistência judiciária (*Relator*).
- 29/X – Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses.
- 30/X – Defesa da concorrência.
- 33/X – Organização judiciária.
- 36/X – Estabelecimento de normas aplicáveis às sociedades comerciais (*Relator*).
- 37/X – Organização judiciária.
- 43/X – Registo nacional de identificação.
- 46/X – Protecção da intimidade da vida privada.

- 47/X – Agrupamentos complementares de empresas (*Relator*).
- 51/X – Revisão do regime de rendas de prédios destinados a habitação em Lisboa e Porto.
- 54/X – Bases da reforma penal (Penas criminais e medidas de segurança).